

O PATRIMÔNIO CULTURAL NAS GRADES CURRICULARES DE CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

HELEN GULARTE CABRAL¹;
DANIELE BALTZ DA FONSECA²

¹Universidade Federal de Pelotas – helen.cabral@riogrande.ifrs.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – danielefonseca1980@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar a proposta de pesquisa sobre o tema conservação do patrimônio cultural, um assunto que suscita amplos discursos e investigações em vários domínios do conhecimento, inclusive em arquitetura e urbanismo. O interesse pela preservação remonta ao final do século XVIII, durante o período da Revolução Francesa, quando o conceito de patrimônio surgiu como uma ferramenta para a construção da identidade nacional (FONSECA, 1997). Portanto, não é um fenômeno recente. Atualmente, questões éticas na catalogação de bens culturais, processos de registro e intervenções de projeto em estruturas históricas são fundamentais para o discurso em torno da preservação. Além disso, a crescente ênfase na sustentabilidade e no reuso do patrimônio intensifica a relevância dessa discussão.

No Brasil, a consciência do patrimônio histórico começou a ganhar força na década de 1920, alimentada pelas críticas dos intelectuais em relação ao abandono do patrimônio nacional, o que suscitou respostas de entidades governamentais e culturais (FONSECA, 1997). As discussões em torno da identidade nacional e da conservação cultural foram solidificadas em 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN –, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – que assumiu a responsabilidade pela padronização e salvaguarda dos bens culturais do país (CHUVA, 2012).

Desde o início dos programas de arquitetura e urbanismo no Brasil, o discurso sobre preservação progrediu, aparecendo inicialmente como um tópico eletivo nos currículos e, posteriormente, tornando-se uma disciplina obrigatória. A integração desse tema nas grades curriculares ressalta a crescente importância da conservação do patrimônio cultural na formação profissional de arquitetos e urbanistas, já que esses profissionais são frequentemente consultados sobre questões relacionadas à preservação do patrimônio.

Esta pesquisa surgiu de um questionamento sobre a relação existente entre o tema preservação do patrimônio cultural e cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. O intuito foi entender como se deu o processo de inserção deste tema ao longo dos anos nos currículos destes cursos de graduação e como estariam sendo abordados até então.

A pesquisa está fundamentada na literatura que aborda conceitos sobre patrimônio cultural, bem como fontes documentais relacionadas às diretrizes curriculares, às recomendações sobre preservação do patrimônio advindas das cartas patrimoniais e ao desenvolvimento histórico dos programas de arquitetura e urbanismo no Brasil. Em relação ao patrimônio cultural, buscaram-se documentos na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO –, no IPHAN e o no Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS –. Além disso, até o momento, contribuições de estudiosos como Françoise Choay em seu livro *A Alegoria do Patrimônio* (2001), Márcia Chuva em seu livro *Patrimônio*

Cultural. Políticas e perspectivas de preservação no Brasil (2012), Maria Cecília Londres Fonseca em sua obra *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* (1997), foram fundamentais para abordar a preservação do patrimônio cultural e suas implicações para a arquitetura e o urbanismo.

Com relação à origem e evolução dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, entidades como o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA –, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – e a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – ABEA –, fornecem dados pertinentes sobre a regulamentação e os conteúdos curriculares, que foram complementados até então por estudiosos como Maria Elisa Meira em seu artigo *Técnicas Retrospectivas: manutenção e reabilitação da paisagem construída* (2000) e Wilson Ribeiro dos Santos Junior em sua tese de doutorado intitulada *O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969-1994* (2001).

Sobre as diretrizes curriculares, estão sendo utilizados materiais do Ministério da Educação – MEC – e pesquisas conduzidas por Antônio Flavio Barbosa Moreira em seu livro *Currículo: Políticas e Práticas* (2006), Maria Célia Marcondes de Moraes em seu livro *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente* (2003) e Tomaz Tadeu da Silva em seu artigo *A Preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil* (2010), que examinam a influência dessas diretrizes na formação de arquitetos e urbanistas. As cartas patrimoniais estão sendo revisadas tanto pelos próprios documentos contidos no site do IPHAN, como também através de um material robusto de Isabelle Cury autora do livro *Cartas Patrimoniais* (2000), que examina sua implementação na preservação do patrimônio cultural.

A pergunta central que sustenta este estudo é: de que formas os cursos de arquitetura e urbanismo de proeminentes universidades brasileiras abordam a conservação do patrimônio cultural em seus currículos? Para elucidar essa investigação, a hipótese preliminar pressupõe que os currículos atendem predominantemente aos padrões mínimos delineados pelas diretrizes curriculares do MEC. As motivações pessoais para o desenvolvimento desta pesquisa são pelo fato de ser professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e estar envolvida na abertura do curso superior em arquitetura e urbanismo através da formulação do projeto pedagógico do curso e desenvolvimento de ementas relacionadas à disciplina de história da arquitetura e do urbanismo, bem como todas as disciplinas de projeto arquitetônico. O objetivo geral desta pesquisa é avaliar a maneira pela qual a conservação do patrimônio cultural está sendo abordada nos currículos de cursos de graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil, considerando a evolução das diretrizes curriculares e as demandas atuais para a formação do profissional arquiteto e urbanista.

Como objetivos específicos propôs-se primeiramente apresentar o processo de inserção do tema de preservação do patrimônio cultural nos currículos dos cursos. Em segundo, propôs-se verificar se as exigências mínimas das diretrizes curriculares do Ministério da Educação para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo estão sendo atendidas. Por fim, como último objetivo específico, propôs-se investigar como os cursos de arquitetura e urbanismo de proeminentes universidades brasileiras incorporam os princípios das recomendações de instituições de referência no tema como, por exemplo, o ICOMOS e as cartas patrimoniais, em seus currículos.

Considerando o grande número de cursos disponíveis, a pesquisa abrangerá cinco grupos de cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, distribuídos nas cinco macrorregiões do Brasil – Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste –, tendo como critério de escolha os cursos das maiores universidades destas macrorregiões e de diferentes fundações administrativas, sendo elas a pública-gratuita e a privada. Assim será possível apresentar uma análise abrangente do cenário destes cursos e de suas propostas pedagógicas relativas à preservação do patrimônio cultural.

METODOLOGIA

Neste estudo, a investigação emprega uma metodologia qualitativa, com base no referencial teórico estabelecido por Laurence Bardin em seu livro *Análise de Conteúdo* (2015). A fase inicial da metodologia envolve uma extensa revisão da literatura que examina os conceitos associados à preservação do patrimônio cultural, juntamente com a origem e evolução dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo em todo o Brasil. Concomitantemente propôs-se o levantamento e a análise documental para delinear as categorias que orientarão a avaliação dos currículos destes cursos, enfatizando particularmente os conteúdos relacionados à preservação do patrimônio cultural e o grau de interdisciplinaridade entre eles.

A avaliação do tema nos currículos será fundamentada através de categorias desenvolvidas a partir de padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes curriculares exigidas pelo MEC, em conjunto com as recomendações de instituições de referência no assunto, tais como as quarenta e uma cartas patrimoniais relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico. O estudo visa explorar em profundidade o tema nas grades curriculares. Para isso, propôs-se entrevistar docentes dos cursos selecionados, fornecendo assim uma compreensão mais abrangente de como a preservação do patrimônio cultural está sendo incorporada ao projeto pedagógico destes cursos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ainda não chegou à fase de resultados, porém é possível afirmar que sua importância reside na capacidade de fornecer uma análise sobre o ensino da preservação do patrimônio cultural no Brasil, demonstrando como este tema está sendo abordado em grandes cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Essa análise contribuirá tanto para a identificação de áreas que requerem melhorias como também servir de estímulo ao discurso sobre o aperfeiçoamento da formação de arquitetos e urbanistas. O intuito é o de incentivar a busca de uma nova perspectiva que possa contribuir para a formação de um currículo mais coerente e abrangente que aborde as necessidades contemporâneas da preservação do patrimônio cultural.

O discurso sobre a educação de arquitetos e urbanistas também deve levar em conta os contextos históricos e políticos, juntamente com as expectativas da sociedade em relação ao papel do arquiteto na salvaguarda da memória coletiva. O desenvolvimento de um paradigma educacional que priorize e integre a preservação do patrimônio cultural às práticas pedagógicas é crucial para a formação de profissionais aptos a enfrentar os desafios presentes e futuros da arquitetura e do planejamento urbano no Brasil.

CONCLUSÕES

Considerando a fase de levantamento de dados para a pesquisa, ainda não é possível tecer conclusões, portanto apresentam-se aqui as próximas etapas deste trabalho. Até o momento a investigação se concentrou em revisões de literatura e documentos, análises curriculares do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do SUL – UFRGS - e coleta de dados relativos às diretrizes curriculares do MEC e às cartas patrimoniais. O próximo passo será a conclusão da relação das categorias de análise para então analisar o currículo do curso da UFRGS.

A partir dos ajustes e definição do método da análise, migra-se para a busca de dados de outros cursos de arquitetura e urbanismo do Brasil para posteriormente apresentar os resultados de análise sobre cada curso. Esta etapa da investigação tem por objetivo analisar a relação das diretrizes curriculares e das cartas patrimoniais às propostas de conteúdos curriculares sobre o tema. Estes resultados visam uma discussão sobre a atual disposição do tema dentro dos currículos. Esta etapa visa estimular avanços na inclusão do tema preservação do patrimônio cultural nas grades curriculares dos cursos fornecendo uma perspectiva mais abrangente e interdisciplinar. Ao mesmo tempo, se busca incorporar demandas emergentes, como a sustentabilidade e consequente reuso das edificações, ao desenvolvimento profissional de arquitetos e urbanistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- CARVALHO, A. P. C. **O Ensino Paulistano de Design**. 1. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2015.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CHUVA, M. **Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política**. In: CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. (Org.). **Patrimônio Cultural: Políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 67-78.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- MEIRA, M. E. **Técnicas Retrospectivas: manutenção e reabilitação da paisagem construída**. In OLIVEIRA, I. C. E. (Org.); PINTO, V. P. (Org.). **A Educação do Arquiteto e Urbanista: diretrizes, contexto e perspectivas**. Piracicaba: Editora da Universidade Metodista de Piracicaba, 2000, pp. 39-44. SCHLEE, Andrey Rosenthal (Org.).
- MORAES, M.C.M. (Org.). **Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 2006.
- SANTOS JUNIOR, W. R. **O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969-1994**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. . Acesso em: 09 out. 2024.
- TOMAZ, P. C. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1–12, 2010. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/260>. Acesso em: 8 out. 2024.